

ARQUITETURA VERNACULAR AMAZÔNICA: UMA ETNOGRAFIA DOS SABERES E FAZERES TRADICIONAIS NO RIO CAMPOMPEMA, ILHAS DE ABAETETUBA-PA

TRADITIONAL AMAZONIAN ARCHITECTURE: A STUDY OF TRADITIONAL KNOWLEDGE AND SKILLS IN THE
CAMPOMPEMA RIVER FLOODPLAIN, ABAETETUBA-PA

ARQUITECTURA TRADICIONAL AMAZÓNICA: UN ESTUDIO DE LOS CONOCIMIENTOS Y HABILIDADES
TRADICIONALES EN LA VÁRZEA DEL RIO CAMPOMPEMA, ABAETETUBA-PA

Luiz de Jesus Dias da Silva¹, Matheus Silva Azevedo ²

RESUMO

Este artigo analisa os aspectos históricos, culturais e sociais relacionados ao viver ribeirinho tradicional, materializado no fazer Arquitetônico das construções palafíticas situadas no rio Campompema, região lacustre de Abaetetuba, nordeste paraense. A pesquisa insere-se no campo da arquitetura vernacular, entendida como uma prática sustentável, baseada em materiais locais e respeito ao ambiente natural, partindo de uma investigação que adota uma abordagem interdisciplinar, direta e participante. Os resultados deste estudo evidenciam a relação dessas populações com as águas e matas, abordando os saberes, fazeres e técnicas vernáculos ali presentes, e corroboram para a compreensão e valorização dessas práticas construtivas e modos de vida, que garantem o equilíbrio ecológico e cultural amazônico.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura vernacular; populações tradicionais; palafitas amazônicas; recursos naturais; estudos documentais.

¹ Doutor em Antropologia pela UFPA, mestrado em arquitetura pelo PROARQ/UFRJ, docente da FAU/UFPA e do PPGAU/UFPA, Belém, Pará, Brasil, ljesusds@gmail.com

² Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, Pará, Brasil, azevedomatheus.institucional@gmail.com

ABSTRACT

This article analyzes the historical, cultural, and social aspects related to traditional riverine living, materialized in the architectural practices of the palafitic constructions located on the Campompema River, in the lacustrine region of Abaetetuba, northeastern Pará. The research is inserted in the field of vernacular architecture, understood as a sustainable practice, based on local materials and respect for the natural environment, starting from an investigation that adopts an interdisciplinary approach. The results of this study highlight the relationship of these populations with the waters and forests, addressing the vernacular knowledge, practices and techniques present there, and corroborate the understanding and valorization of these constructive practices and ways of life, which guarantee the ecological and cultural balance of the Amazon.

KEYWORDS: Vernacular architecture; traditional populations; palafitas amazon; natural resources; documentary studies.

RESUMEN

Este artículo analiza los aspectos históricos, culturales y sociales relacionados con la vida ribereña tradicional, materializada en las prácticas arquitectónicas de las construcciones palafíticas situadas en el río Campompema, en la región lacustre de Abaetetuba, nordeste de Pará. La investigación se inserta en el campo de la arquitectura vernácula, entendida como una práctica sostenible, basada en materiales locales y respeto al medio ambiente natural, a partir de una investigación que adopta un enfoque interdisciplinario. Los resultados de este estudio destacan la relación de estas poblaciones con las aguas y bosques, abordando los saberes, prácticas y técnicas vernáculas presentes allí, y corrobora la comprensión y valorización de estas prácticas constructivas y modos de vida, que garantizan el equilibrio ecológico y cultural amazónico.

PALABRAS CLAVE: Arquitectura vernácula; poblaciones tradicionales; palafitas amazónicas; recursos naturales; estudios documentales



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca dar visibilidade à riqueza da arquitetura vernacular praticada pela comunidade ribeirinha e quilombola do Assentamento São João Batista, localizado no rio Campompema, na bacia do Baixo Tocantins, nordeste paraense. A partir da análise dos saberes e fazeres construtivos vernáculos, investiga-se como essa prática arquitetônica se mantém ao longo das gerações, respeitando os ciclos naturais e garantindo sustentabilidade ambiental ao habitat local. Essa forma de construir reflete modos de vida enraizados em uma relação equilibrada com o meio ambiente, em que os recursos naturais são empregados tanto como materiais basilares quanto estruturais, o que conferem estabilidade das edificações, mesmo diante da topografia local.

Ainda hoje, é possível encontrar no Assentamento exemplares significativos de uma arquitetura vernacular secular, comum em diversos territórios amazônicos, cujas características dialogam com as dinâmicas ambientais e socioculturais locais. O modo de morar (Souza, 2024), a adaptação às marés, a transmissão intergeracional de técnicas construtivas e o vínculo afetivo com as moradias são aspectos centrais desse estudo, que se alinha à noção de "topofilia" proposta por Tuan (2012, p. 19), referindo-se à conexão emocional entre os indivíduos e os espaços que habitam.

A comunidade é classificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), abrigando uma população de 393 famílias autodeterminadas ribeirinhas e quilombolas. Situado a aproximadamente três quilômetros da sede municipal de Abaetuba, no estado do Pará; esse território integra um arquipélago de 72 ilhas. Segundo o Relatório Territorial de Belém e Abaetuba (IPEA, 2015), a área do PAE São João Batista compreende aproximadamente 471 hectares, apresentando um clima superúmido e altas temperaturas (Valle et al., 2022). Assim, compreender os modos de habitar desse território implica reconhecer o conhecimento tradicional acumulado ao longo dos séculos e a resiliência das populações locais diante das dinâmicas ambientais e sociopolíticas da Amazônia.

O Assentamento encontra-se em uma região de várzea, caracterizada por um regime de marés que influencia diretamente as condições habitacionais e a organização espacial, o que confere a identidade desse povo enquanto ribeirinhos. O termo ribeirinho descreve uma identidade cultural distinta, moldada pela vida às margens dos rios. Essa forma de viver é marcada por uma série de características, como práticas culturais, hábitos alimentares, crenças e tradições religiosas, que são influenciadas pelo ambiente fluvial (Rente Neto e Furtado, 2015, p. 159).

Para Roberto Da Matta (1997, p. 34) "cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir como um todo articulado", e isso depende de atividades ordenadas que permitem lembranças, memórias tanto qualitativas, como sensíveis e organizadas; nessas atividades das nuances cotidianas, é possível captar uma confluência de saberes e tradições que resultou em uma cultura híbrida, refletida nas práticas construtivas e no cotidiano dos moradores.

À ação metodológica, buscou-se uma abordagem qualitativa, baseada intrinsecamente na etnografia; foram realizadas observação direta e participante, em concomitância à perspectiva de Magnani (2002, p. 2), que enfatiza a necessidade de uma imersão "de perto e de dentro" no contexto estudado, em contraposição a uma visão "de fora e de longe". Não obstante, ainda concatenado ao texto do autor à perspectiva apresentada - o olhar de perto e de dentro - cabe não se alhear da etnografia pelo pressuposto da "totalidade" descrita por ele, o qual defende que é preciso "situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido" (Magnani, 2002, p. 20).

Compreendendo ainda que o método etnográfico não se limita a uma única técnica, mas sim se adapta às necessidades específicas de cada pesquisa, utilizando diferentes abordagens conforme as circunstâncias, ou seja, que trata-se de uma abordagem flexível e sensível, que busca capturar a essência do objeto/sujeito



de estudo, em vez de se restringir a um conjunto rígido de procedimentos (Magnani, 2002, p. 17), este estudo combina a utilização de múltiplas estratégias para apreender os conhecimentos e práticas tradicionais da comunidade de uma maneira sensível e pertencente, entretanto, imparcial. Utilizando-se de entrevistas abertas e conversas informais com anciãos e outros moradores, fora possível traçar a reconstrução histórica das técnicas construtivas das palafitas antes das influências urbanas à sua tipologia e estética local, bem como a compreensão dos vínculos afetivos estabelecidos para com a moradia e o território.

Também foram utilizados, à vista das visitas etnográficas, registros fotográficos sequestrados *in loco* pelos autores, assim como ilustrações como croquis, desenho de observação livre e plantas arquitetônicas, a fim de afirmar uma tentativa por uma representação visual, com o intuito de facilitar a percepção/compreensão de algumas técnicas abordadas durante o texto. Complementarmente, foram aplicados questionários a atores comunitários de diferentes faixas etárias, buscando captar as percepções e memórias associadas ao ambiente construído, assim como as transformações das palafitas no território ao longo do tempo até hodiernamente e as perspectivas doravante as gerações.

ARQUITETURA, LUGAR E MEMÓRIA: DEFINIÇÕES E CONCEITOS TRABALHADOS

A arquitetura ribeirinha aqui abordada, parte do pressuposto do habitar amazônico, que se entrelaça a diversos aspectos topográficos e sociais que configuram um modo de vida característico de regiões insulares, especialmente na Amazônia. O fazer arquitetônico tradicional, tratado enquanto arquitetura vernacular ou vernácula popular - tipo de arquitetura que é produzida pelas comunidades locais, sem a intervenção de arquitetos ou especialistas - segundo Weimer (2012) se caracteriza pela relação sustentável e adaptativa para com o entorno, é também a expressão de uma espacialidade simbólica e cultural, que ultrapassa a funcionalidade básica do abrigar-se.

O abrigar-se e o habitar estão correlacionados à epistemologia fenomenológica, que é a experiência subjetiva do ser humano experienciar o mundo, “relacionado à consciência, às sensações e emoções que estes fenômenos provocam em nós” (Ponty, 1999 *apud* Dias, 2021), entretanto, abrigar-se implica uma relação superficial e utilitária com o ambiente, onde o espaço é ocupado apenas para satisfazer necessidades básicas. Já habitar envolve uma conexão profunda e significativa com o lugar, onde o espaço se torna um ambiente de significado e identidade, que é experimentado e interpretado de forma emocional e sensorial pelos seres humanos (Norberg-Schulz, 1971). Nesse sentido, habitar não é apenas ocupar um espaço, mas sim criar uma relação de pertencimento e significado para com ele, sendo a relação entre o espaço físico e a subjetividade presente nas relações sensíveis das sociedades com o ambiente construído.

Para Agier (2011), Lugar é um espaço complexo e multifacetado, onde se entrecruzam as dimensões física, social, cultural e simbólica. O lugar é um conceito que abrange não apenas a arquitetura física, mas também as práticas, os rituais e as narrativas que dão sentido e significado ao espaço vivido, “um espaço de relações, de memória e de identificação relativamente estabilizadas” (Agier, 2011, p. 112). Tuan (1983, p. 198) por sua vez conceitua lugar enquanto ambiente onde se constroem as práticas cotidianas, “um mundo de significado organizado, onde espaço e tempo se misturam” (Tuan, 1983, p. 179) e cunha ainda o conceito de “topofilia” (Tuan, 2012), que está relacionado aos aspectos sensíveis do ser humano para com o espaço, o qual é capaz de desenvolver afeto e depositar valores, a partir do que é experienciado nas nuances cotidianas, deixando de ser somente o espaço físico, geográfico, mas que a partir das vivências humanas, torna-se lugar.

Interseccionando este debate às comunidades ribeirinhas, não se deve partir de uma visão exógena da vivência do espaço geográfico na constituição de Lugar, deve-se partir do pressuposto de que estas comunidades desenvolveram ao longo do tempo as faculdades necessárias para a habitação em regiões



remotas, em terras baixas e insulares e que se organizam a partir de uma ordem natural, que não determina de forma literal, mas que orienta o modo viver, experienciar, usufruir e intervir no ambiente natural (Menezes; Perdigão, 2021), logo para estas comunidades o território, enquanto sendo a composição de todos os seres, saberes e fazeres que ali se correlacionam, é Lugar. Cruz (2008) diz que esse modo de subsistir, pautado em uma forte dependência dos recursos naturais, parte da construção de um padrão espaço-temporal, constituído desde o período colonial. Com ênfase na Amazônia brasileira, as autoras discorrem sobre o esquema “rio-várzea-floresta” de onde pode-se estabelecer um outro esquema pautado nos debates acima: rio-humano-floresta.

O cotidiano destas comunidades é moldado pela sazonalidade dos rios e tempo de safra dos frutos - neste recorte em específico, o açaí - ao mesmo tempo está envolto em aspectos empíricos relacionados ao imaginário popular local (lendas, mitos, etc.), mas que de certa forma também estão ligados à natureza, o que conferem à relação de sociabilidade destes povos uma espacialidade e temporalidade características, plasmada no “tempo lento”, diferente as dinâmicas aceleradas urbanas (Cruz, 2008). Pode-se afirmar que essa relação de sociabilidade se baseia em uma cosmovisão que valoriza a reciprocidade e a cooperação entre o humano e o meio, em um tempo lento, que na verdade é o próprio tempo de regeneração da natureza, o qual já é o suficiente para manter a subsistência dos povos.

Sabe-se que a valorização das condições locais é essencial na arquitetura vernácula popular, e as palafitas refletem isso ao serem construídas levando em consideração os aspectos climáticos, topográficos e recursos naturais disponíveis na região onde estão situadas, aspectos estes tão variados ao se falar de comunidades amazônicas. O rio para a vida das comunidades ribeirinhas, é um elemento que intersecciona diversos aspectos do seu cotidiano, pois além de ser via para o transporte fluvial, na ligação entre localidades e na subsistência (Azevedo; Silva, 2024) ele está totalmente relacionado à experiência sensorial e emocional do território-lugar. Além disso, disto, o rio é um “relógio” que marca o tempo das atividades, organizando a vida em torno das suas fases e ritmos naturais (Moraes, 1936, p. 257).

A percepção, enquanto parte deste ato pelo qual os seres humanos sentem, interpretam e dão significado ao mundo ao seu redor, é “o processo de seleção, organização e interpretação de informações sensoriais” (Tuan, 2012, p. 12), a percepção não é apenas uma questão de receber informações sensoriais, mas sim de interpretar e dar significado a elas, que é influenciada por fatores culturais, sociais e pessoais, não é uma representação objetiva do mundo, mas sim uma construção subjetiva que é influenciada pelas experiências e crenças individuais e coletivas.

A partir disso, pode-se compreender ribeirinho enquanto sujeito que sente e remodela o espaço de várzea, transformando-o em lugar-território, e que exala das suas ações cotidianas as características do habitar amazônico; e o ser ribeirinho enquanto ação espontânea e sensível de modificar o espaço natural, estabelecendo uma relação de (co)existência com o ambiente ao seu entorno, usufruindo dos recursos naturais de forma que se mantenha o equilíbrio e respeito ao tempo de regeneração do meio ambiente. Essa relação se reflete na “ribeiridade”, desenvolvido por Rente Neto e Furtado (2015), que caracteriza aspectos materiais e imateriais do morar sobre as águas e viver das matas, de onde emanam elementos sensíveis característicos deste modo de vida. Compreendemos a “ribeiridade amazônica” não só enquanto uma forma de viver que se nutre da relação estreita com o meio ambiente, na dependência dos recursos naturais e da troca constante entre o homem e a natureza, mas na abrangência de suas experiências, na construção de territorialidade pautada na temporalidade e espacialidade que se sobrepõem em três pontos basilares ao modo de morar tradicional amazônico: o território enquanto lugar de habitat e pertencimento; a memória, responsável pela ligação temporal entre passado, presente e pela transgressão geracional da cultura destas comunidades; e a arquitetura, enquanto espaço de físico de abrigar-se, mas que está intrinsecamente relacionada à promoção do habitar, a qual proporciona a atmosfera de experiências sensoriais e emocionais do lugar e se materializa como o resultado da interação rio-humano-floresta.



O SABER FAZER ARQUITETÔNICO TRADICIONAL E A TRANSGRESSÃO GERACIONAL

As comunidades tradicionais são ricas em saberes e fazeres centenários que têm sido transmitidos às novas gerações por meio de um processo contínuo de aprendizado e transmissão de conhecimentos. Essa transmissão de saberes ocorre de forma orgânica e cotidiana, diferentemente do ambiente escolar, onde o conhecimento é geralmente transmitido formalmente e restrito à sala de aula. Nessa intersubjetividade do mundo ribeirinho, o repasse do saber ocorre em diferentes ambientes e por diversas formas, tornando-se um processo natural e integrado ao cotidiano da comunidade (Cuimar, 2013; Azevedo; Silva, 2024).

Como destaca Azeredo (2016), para compreender a identidade das populações ribeirinhas na Amazônia, é fundamental conhecer suas experiências culturais, modos de vida, territorialidades, saberes e fazeres vividos cotidianamente. Neste capítulo, apresentaremos um estudo do "saber fazer" arquitetônico tradicional praticado em comunidades tradicionais da Amazônia, com foco na comunidade do PAE São João Batista, no rio Campompema.

Nesta comunidade, ora pesquisada, ainda são encontrados relatos da aplicação de técnicas e métodos de uma arquitetura vernacular característica da região amazônica primitiva. Além disso, existem memórias coletivas que permitem reconstruir uma linha temporal de mudanças, inserção e troca de materiais, que fazem parte de um processo de adaptação do "saber fazer" arquitetônico frente às mudanças naturais do meio ambiente, como a erosão do solo, os impactos climáticos e as influências das construções civis comumente utilizadas nos centros urbanos, o que permitiu que a comunidade mantivesse razoável relação com o território e preservasse seus modos de vida.

A partir de dados obtidos em entrevistas e conversas informais com moradores da comunidade durante a pesquisa de campo, foi possível perceber características das primeiras palafitas praticadas no Assentamento e as mudanças ocorridas até a contemporaneidade.

As primeiras palafitas da comunidade tinham uma tipologia com espaços pouco compartimentalizados para fins de funcionalidade. De acordo com os mais antigos moradores, era comum que várias famílias morassem em uma mesma casa, compartilhando um trabalho em comum, como o artesanato. Para acomodar essas atividades, as casas eram construídas com um espaço amplo, dividido basicamente em dois cômodos: uma sala grande, onde as famílias trabalhavam, dormiam e faziam refeições, e uma cozinha menor, com girais (espécie de pia feita de madeira) e fogão de barro a lenha.

A cozinha e o banheiro podiam ser anexos à estrutura principal da casa, construídos nos fundos e conectados por estivas (pontes estreitas de madeira). Os materiais utilizados na construção das palafitas incluíam açazeiros e corpos de árvores resistentes para a fundação e estrutura, paxiúba para o assoalho, e velas de miriti tecidas com cipó titica (espécie da região) para as paredes. A cumieira era feita de madeiras leves e variadas, e o telhado era de palha.

A primeira mudança significativa na construção das palafitas foi a substituição das velas de miriti (esteira feita fibra da palmeira da árvore do miriti ou buriti) por madeira de quaruba e das estruturas a base de palmáceas por acapú, que é uma madeira arbórea muito resistente. Segundo os moradores, essa mudança visava fortalecer a estrutura das casas, que anteriormente eram muito instáveis, especialmente durante os períodos de enchente, onde a correnteza e a corrente das marés afetavam a fundação e a estrutura das casas, tornando-as vulneráveis.

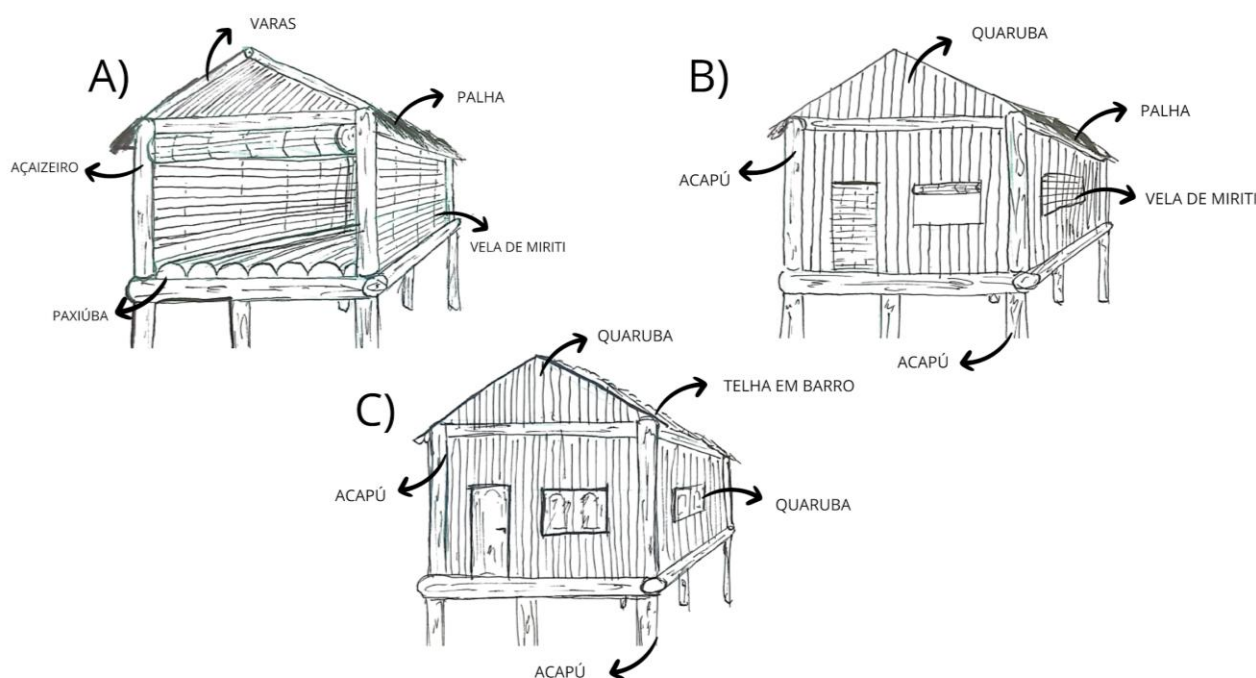
Com essa mudança, as velas de miriti passaram a ser utilizadas como portas e janelas, mantendo o mesmo princípio de flexibilidade e adaptabilidade que tinham quando eram usadas como paredes.



Posteriormente a isso, já se pode considerar a transição para as características encontradas ainda hoje na comunidade, com paredes de madeira, esquadrias e janelas fixas, e telha cerâmica ou de fibrocimento, com estruturas compatíveis às novidades.

Abaixo apresentamos três croquis, A, B e C, que buscam exemplificar, respectivamente, do ponto de vista temporal, numa espécie de sucessão cronológica, as variações nas características, materiais e de métodos construtivos dessas casas, os quais foram apresentados em discrição anteriormente.

Figura 1: Croquis que representam as mudanças nas palafitas ao longo do tempo.



Fonte: Matheus Azevedo, 2023.

Há de se destacar que as técnicas de amarras e encaixes utilizadas nas construções das primeiras casas palafíticas podem ser consideradas herança do povo originário, provavelmente indígenas, que anteriormente habitavam a região. Isso registra uma troca de conhecimentos e sucessão de técnicas que estavam presentes no território do assentamento há séculos. Embora algumas dessas técnicas tenham se tornado obsoletas com o passar dos anos, outras continuam a ser utilizadas até hoje.

A partir desta análise histórica, fizemos estudo de tipologias, técnicas construtivas e setorização que serão apresentados a seguir.

A priori, tipologia na arquitetura refere-se às variações relacionadas à forma, função e geometrias presentes em um edifício ou construção.

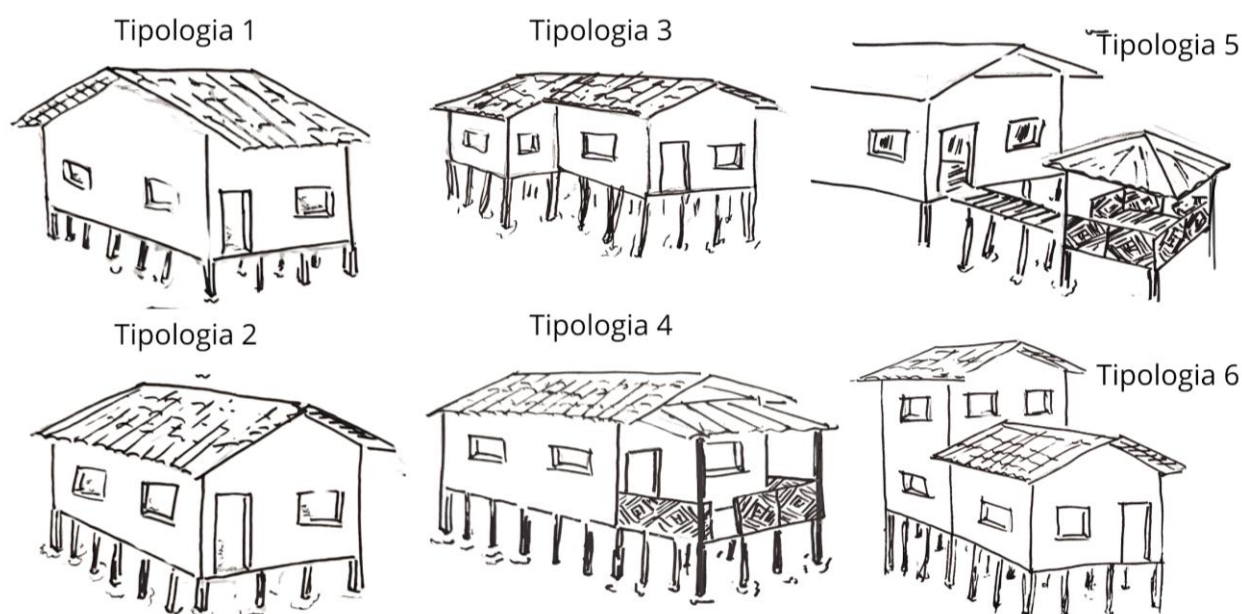
Para Rowe (1997) A classificação de edifícios e espaços com base em suas características formais e funcionais é o cerne da tipologia arquitetônica, uma ferramenta essencial para entender a diversidade da arquitetura. Menezes e Perdigão (2021), caracterizam a tipologia da palafita amazônica como a representação de uma construção teórica que descreve o modo tradicional de habitar dos ribeirinhos na

Amazônia, revelando relações subjacentes e socialmente construídas que caracterizam essa forma de habitação.

É fundamental destacar que o termo tipo é distinto de tipologia. Perdigão (2016), realça que o termo tipo, embora seja frequentemente utilizado em pesquisas sobre arquitetura, é comumente confundido com tipologia. O tipo, nesse contexto, refere-se a uma composição que envolve aspectos materiais, imateriais, subjetivos e sensíveis relacionados a uma edificação específica. No caso da palafita, por exemplo, o tipo está intimamente ligado aos aspectos da ribeiridade (Rente Neto e Furtado, 2015) que influenciam sua forma, função e nesse caso, significado, enquanto a tipologia pode ser caracterizada como as variações das composições dentro um mesmo tipo.

A seguir, apresenta-se uma série de croquis que ilustram variações de tipologias arquitetônicas catalogadas na comunidade destacando suas características básicas e as variantes de adição e composição.

Figura 2: Croquis de estudo de tipologias das palafitas.



Fonte: Matheus Azevedo, 2025.

A e B são as Tipologias mais comuns dentre o tipo palafita, de um modo geral, pode-se considerá-las como base às outras variações, são formadas por um partido simples que refletem características próprias do tipo palafítico ribeirinho amazônico como o telhado em duas águas com beiral e a modulação das esquadrias.

C e D são as que possuem os chamados “puxadinhos”, nestes exemplos, mostramos 2 formas de adequação (adição) ao partido base do tipo palafita apresentado anteriormente.

A tipologia C também conhecida na comunidade como “orelha” ou “bandola” faz parte de um processo de expansão de algum cômodo da casa, sendo mais comum acréscimo o quarto ou cozinha, mas também podem ser um novo cômodo. É importante destacar como nesse exemplo se utiliza do próprio caimento do telhado para a integração do “puxadinho lateral” à estrutura principal da casa.

A D, também chamada de casa com “varandio”, é uma tipologia muito recorrente na cultura ribeirinha e é um símbolo marcante pelo trabalho plástico/estético feito com a madeira e as cores em seu guarda-corpo. Essa varanda funciona como um espaço de transição entre o público - as estivas - e o privado - espaço interno da moradia. Essas varandas se transformam em espaços de sociabilidade entre as pessoas nas vilas e comunidades, além disso, promovem uma espécie de integração entre o ambiente natural e a casa, o que potencializa essa espacialidade subjacente do modo de vida dessas comunidades.

A tipologia E representa as casas com as “malocas” que são como anexos da estrutura principal, e também funcionam como um espaço de transição e de ligamento da casa ao rio. Elas são o porto, onde acontecem os embarques e desembarques, e também se integram a paisagem, permitindo a contemplação do rio, além de favorecerem o acesso a ele. Essas “malocas” também contém trabalhos feitos em madeira, normalmente muito coloridas que combinam com a pintura da casa formando uma composição única e característica. São interligadas à casa pela estiva e ao rio por uma escada. Essa tipologia vai bem ao encontro do que versa Da Matta (1997, p. 55) em sua obra “a casa e a rua”, [...] De fato, nada mais bem guardado do que essas passagens da rua para casa e da casa para a rua [...]. Aqui respalda-se a analogia de que o rio para a população ribeirinha é a sua rua, e Da Matta enfatiza essa a relação rua-casa como o público e o privado.

A F é a casa com 1 pavimento, ela representa uma composição mais vertical em relação aos outros exemplos. Percebe-se nessa tipologia uma repetição do partido base em um segundo andar, comumente sendo um outro cômodo - como um quarto - mas em alguns casos o sótão se torna uma outra casa com vários cômodos, caracterizando-a como uma residência multifamiliar. Normalmente não é pensada na concepção inicial da construção, mas sim adicionada posteriormente.

Após o estudo e análise das variações nas tipologias do tipo palafita, pode-se destacar que geralmente elas são resultantes de um processo cotidiano de adaptações a rotina dos ribeirinhos e são fruto da criatividade, flexibilidade e adaptabilidade que as palafitas permitem, assim como às “evoluções” e introdução de técnicas construtivas nessas comunidades. É importante destacar que existem diversas outras composições arquitetônicas na comunidade estudada, tanto com caimentos diferentes nos telhados, integração entre as adições, assim como composições que mesclam mais de uma das tipologias apresentadas na figura 2.

Técnicas construtivas

A análise das técnicas construtivas tradicionais empregadas na comunidade do PAE São João Batista revela a importância de considerar a adaptação e transgressão de conhecimento ao longo do tempo. É fundamental ressaltar que as técnicas de construção vernáculas identificadas não são generalizáveis a todas as palafitas da região, devido à variedade de condições topográficas e ambientais presentes na região amazônica.

A fundação das palafitas é composta por quatro elementos principais: estelhos, estacas, estelhões e axapús. Os estelhos são os pilares mais robustos, que se estendem desde a fundação até o telhado, são enterrados a uma profundidade de aproximadamente 2m abaixo do nível do solo, proporcionando estabilidade à estrutura da casa. Os estelhões são mais esbeltos e se estendem até o assoalho, são uma estratégia de economia pois aliados aos estelhos podem ser mais curtos, utilizando menos material. As estacas são firmadas pelos axapús e responsáveis pela sustentação da casa. Os axapús, por sua vez, são uma espécie de sapata que servem como base de sustentação e proporcionam mais estabilidade à estrutura.

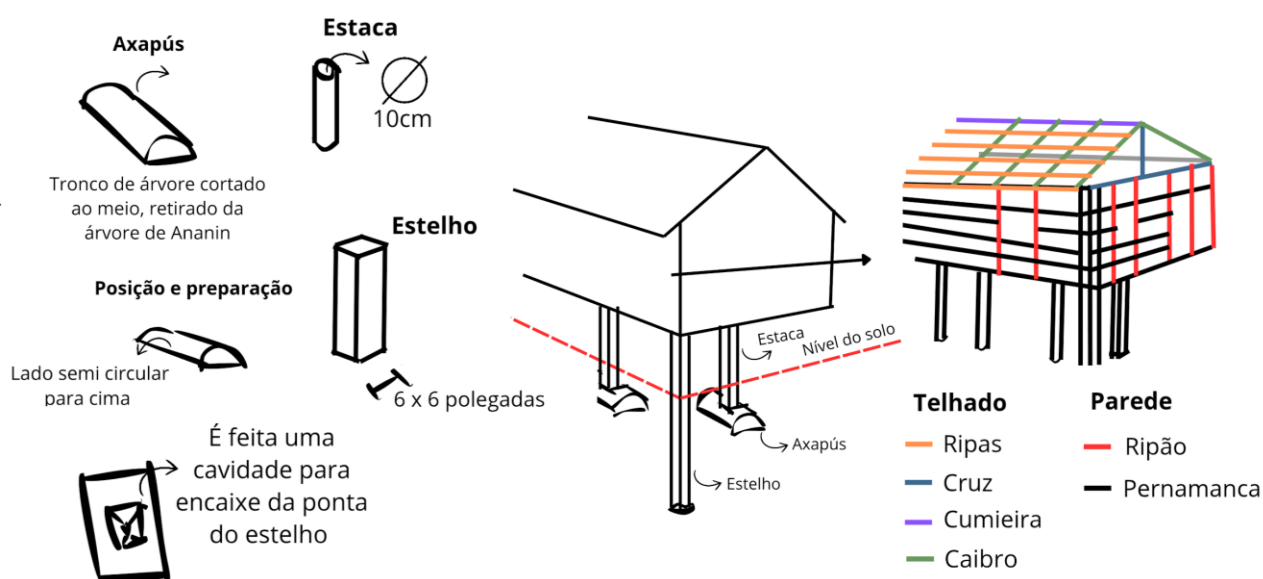
O assoalho é composto por frechal, pernamancas e dá base a tábuas de madeira. O frechal é um perfil que perpassa por todo comprimento da casa de forma longitudinal, é ligada aos pilares da fundação e



recebe as pernambancas. As pernambancas são peças de madeira que são assentadas sobre o frechal. As tábuas de madeira são utilizadas para compor o assoalho.

As paredes são sustentadas pelo cruzamento entre as pernambancas e os ripões. Esses dois elementos fazem a modulação da casa, delimitam as janelas, os cômodos e recebem o madeiramento. O telhado é muito parecido com o modelo de estrutura convencional, com terças, caibros e ripas. A figura 3 apresenta um croqui esquemático ilustrativo dos elementos da fundação e composição da modulação das paredes.

Figura 3: Croqui esquemático da fundação, paredes e telhado.



Fonte: Matheus Azevedo, 2025

O processo de erosão do solo, muito comum em áreas de várzea, e no caso da comunidade do rio Campompema, intensificado pelas mudanças climáticas, e alto fluxo de embarcações de grande porte que por ali navegam, influencia um processo chamado de desmanche.

O desmanche ocorre quando a casa já se encontra muito dentro do rio, devido o solo que havia, ter sido levado pela maré, o que deixava a palafita muito instável e suscetível a correnteza e ação do vento. A figura 4, mostra uma palafita passando pelo desmanche, onde é possível ver onde era o nível do solo e onde ele está nesse momento.

Figura 4: Esquema dos níveis em relação á estrutura em desmanche.

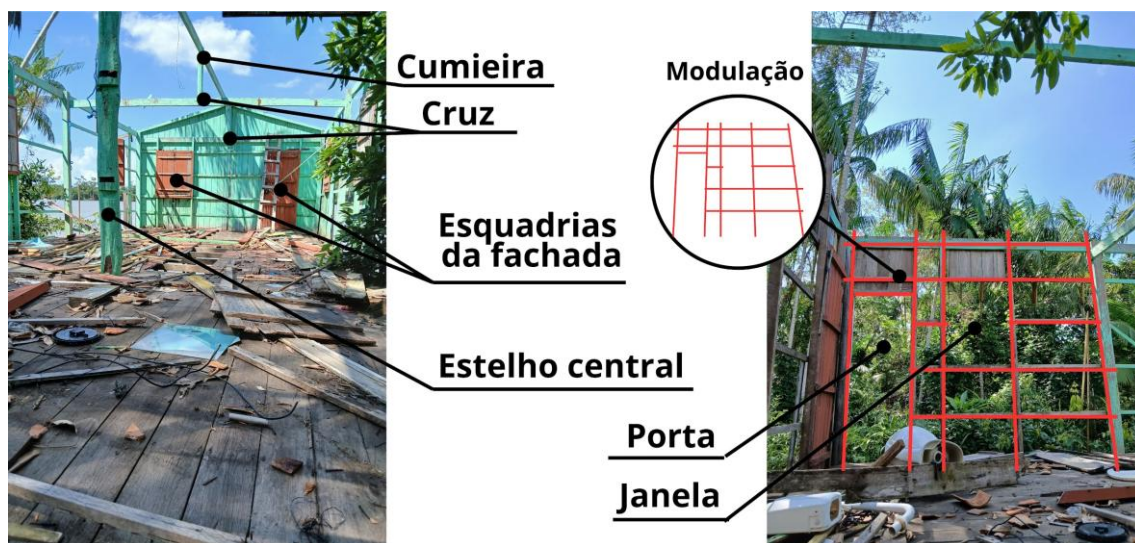


Fonte: Matheus Azevedo, 2025

No desmanche, as madeiras retiradas da antiga casa, normalmente são reaproveitadas. Existem casos de casas inteiras, desmanchadas e reconstruídas em outro local, reaproveitando toda estrutura. Também são utilizados para fazer estivas, puxadinhos, malocas, anexos, etc. O importante é perceber o quanto a sustentabilidade destas construções está implícita em todos seus processos construtivo e até mesmo “desconstrutivo”, onde há pouco descarte de material, a não ser quando a madeira já está muito deteriorada, e o emprego destes a outras finalidades sempre que possível.

A figura 5, mostra registros internos dessa casa, onde também é possível observar alguns dos aspectos abordados nos tópicos anteriores como a modulação das paredes e cômodos, assim como das esquadrias de portas e janelas, além de elementos que fazem parte da estrutura da palafita.

Figura 5: Esquema dos elementos estruturais.



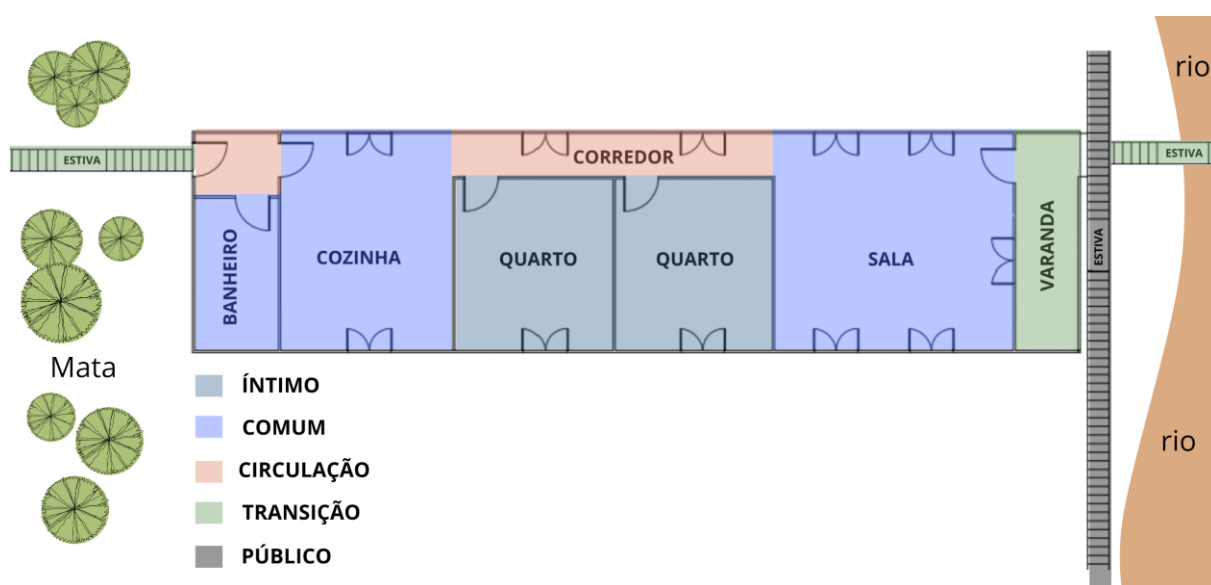
Fonte: Matheus Azevedo, 2025

Setorização e organização dos cômodos

A análise espacial das palafitas na comunidade do PAE São João Batista revela que há uma preferência de amplitude nos espaços sociais, como sala e a cozinha maiores. Esses espaços são pensados para receber mais pessoas além do núcleo familiar. O ato da recepção ou recepcionalidade e sociabilidade é muito comum nessas comunidades e faz parte de um processo cultural de pertencimento e de coletividade; este contexto interfere diretamente em como se dá a organização dos cômodos e a própria funcionalidade de cada um.

A priori, como supracitado, as casas costumavam ser mais amplas pra atender uma necessidade específica de acomodação das várias famílias que moravam juntas, hoje, são muito mais compartimentalizadas.

Figura 5: Planta baixa e setorização.



Fonte: Matheus Azevedo, 2025

Pode-se observar na figura 5 que as casas crescem em sua maioria no sentido longitudinal, se estendendo da beira do rio à floresta. Nesta planta, tem-se duas estivas, a que passa à frente das casas e liga umas às outras, formando as vilas, caracterizadas como um públicas, e a estiva dos fundos, que são um espaço de transição entre a casa e o quintal, que é de uso privado dos moradores. A varanda também é um espaço de transição entre o público (estiva frontal e rio) e o privado; outra característica é a sala ampla e maior em relação aos outros cômodos da casa, e quartos (área íntima) dispostos no decorrer do corredor, os quais normalmente são mais reservados ao núcleo familiar da casa. O corredor lateral, que se estende até a cozinha ou à estiva dos fundos, é um espaço de circulação comum/social à família e visitas, com muitas aberturas para aproveitar a iluminação e ventilação natural.

Importante ressaltar que padrões de layout adotados na comunidade podem ser comparados às plantas das casas do período colonial da região, com corredor lateral que perpassa toda casa, com a cozinha e banheiro aos fundos. Esse padrão, muito encontrado ainda nas casas desse período em Belém do Pará e região, pode ser considerado reflexo do forte processo de colonização que ainda faz parte da realidade paraense, haja vista que continua se reproduzindo e se perpetuando à medida que se fazem novas construções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, é fundamental ressaltar que o modo de morar amazônico, materializado aqui nas palafitas - cerne deste estudo - o qual é, a todo custo, violentado pelo labéu da invisibilidade, não deve ser resumido a uma simples estrutura frágil, aliado a concepção de baixas condições de renda e qualidade de vida. Ao contrário, ele é um símbolo marcante de resiliência de povos que aprenderam a viver em harmonia com o meio ambiente, em habitações que favorecem o alcance a seu meio de subsistência, neste caso, a pesca pelo fácil acesso ao rio, e o extrativismo sustentável.

Outrossim, é necessário reconhecer que essa condição de marginalização impregnada ao pensamento coletivo referente ao morar ribeirinho, é um reflexo do pensamento colonial-imperialista que ainda permeia a sociedade, que ignora a riqueza cultural e a sabedoria dos povos que vivem nas margens dos rios e florestas, utilizado muitas vezes como estratégia para a escassez de investimentos e políticas públicas voltadas a esses segmentos por parte do governo quando não lhe convém.

Há quem se surpreenda ainda de que a Amazônia, símbolo da resistência de uma floresta que equilibra ecossistema do mundo, mas que também é herança de um povo que há tempos subsiste debaixo das copas das árvores e nas ribeiras dos rios, ainda é vista como uma causa, lotada apenas a ser objeto dos pactos globais, os quais impreterivelmente são pautados nas concepções antropocêntricas que seguem operantes na contemporaneidade. É necessário pensar a Amazônia em suas múltiplas facetas, como solução para o enfrentamento eficaz do flagelo do desequilíbrio mundial, sendo sujeita da história que está sendo construída pelas belas imagens feitas das copas das suas árvores. Ao se falar, por exemplo, em cidades, principalmente na Amazônia, algo recorrente são os alagamentos e enchentes, resultados de um processo cruel de asfaltamento, impermeabilização do solo, cobrimento e canalização dos rios; imaginando outro possível cenário, voltando os olhares e reconhecendo a importância do saber vernáculo e das práticas tradicionais existentes na região, se fossem aplicadas as diversas técnicas do morar ribeirinho, que permitem o fluxo dos rios, aliadas ao planejamento urbano, pode-se imaginar cidades mais resilientes e adaptáveis à ação dos agentes naturais.

O saber vernáculo é essencial para a manutenção do equilíbrio ecológico em todo mundo, isso é fato, mas sabe-se que as comunidades que o praticam passam por um processo cotidiano de (re)existência para manter seu modo de vida, qual não se encaixa no padrão de vida concebido e impregnado na sociedade pelo capitalismo. Logo, propõe-se como continuidade a este pensamento, buscar-se-á uma investigação



com mais afinco, à luz do habitar amazônico tradicional, meios pelos quais pode-se aplicar ao desenfreado capitalismo predatório, estratégias de adaptação antes do colapso global já previsto, e iniciado, assim como alertar a possibilidade do sumiço dessas tradições, às dificuldades enfrentadas por estes povos e comunidades e a importância de se buscar entender - ou pelo menos refletir - sua relação sustentável com o meio ambiente e aplicá-la como base de estratégias ambientais, podendo ser um dos vieses pelos quais é possível mitigar os efeitos da crise mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, M. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2011.
- AZEVEDO, M.; SILVA, L. Arquitetura Vernacular Ribeirinha na Amazônia: um mergulho nas águas que rodeiam as palafitas nas ilhas de Abaetuba-Pará. In: Seminário Brasileiro de Arquitetura Vernacular popular, IV, 2024, Niterói. **Anais [...]**, Niterói: Even3 – R. Sem. José Henrique, 2024.
- AZEREDO, V. G. Significados da Casa e do Morar. **Vértices**, 18 (2). DOI: 207-219.10.19180/1809-2667.v18n216-14, 2016.
- CUIMAR, R. M. **Saberes e Práticas Culturais de Agricultores Familiares da Amazônia Paraense e suas relações com a monocultura do Dendê**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade do Estado do Pará (UEPA), 2013.
- DUARTE, C. et al. **Experiência do Lugar Arquitetônico**: dimensões subjetivas e sensoriais das ambiências. 1 Ed. Rio de Janeiro: Rio-books, 2023.
- CRUZ, V. C. O Rio Como Espaço de Referência Identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C. (Org.); TAVARES, Maria Goretti da Costa (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. 1. Ed. Belém: EDUFPA, 2008. P 49-69.
- FURTADO, L. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- MAGNANI, J. G. C. **Revista brasileira de ciências sociais**. N.17. Jun. 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26361600_De_perto_e_de_dentro_Notas_para_uma_etnografia_urbana. Acesso em: 23 fevereiro 2024.
- MENEZES, T.; PERDIGÃO, A. Vila da Barca (Belém Pará): percepções da cultura ribeirinha no habitat amazônico. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias da (Org.). **Percepção do ambiente construído**: por mais humanização e arquitetura e urbanismo. Belém, Paka-tatu, 2021.
- MORAES, R. **Amphiteatro Amazônico**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1936, p. 257.
- NORBERG-SCHULZ, C. **Existence, space and architecture**. New York: Internetarchivebooks, 1971.
- QUINTEIRO, M.; BALDINI, K. Agroecologia e as práticas tradicionais: reconhecendo os saberes ancestrais. In: SANTOS, Marcelo Guerra. QUINTERO, Mariana Martins da Costa. **Saberes tradicionais e locais**: reflexões etnobiológicas [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.
- SOUZA, C.; KUWAHARA, L.; COSTA, B. Ressignificando os modos de morar sobre as águas: ambiências ribeirinhas nos espaços vernaculares do igarapé Sapucajuba, Belém, PA. In: 5º congresso internacional sobre ambiências, 2024, **Anais [...]** Rio de Janeiro. *Sensory Explorations Ambiances in a Changing World*. Rio de Janeiro: Sebrae, 2024. v. 2.
- TUAN, Y. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina: Eduel, 2012.
- TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. Trad. Clotilde da Silva Costa. 3. Ed. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: Edusp, [1953] 1988.

